



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA


CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, DO OUTRO LADO O SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ - CONTRATADO, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA (Processo Administrativo nº 8509966-48.2020.8.06.0000).


CT N.º 02/2021

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambéba, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Superintendente da Área Administrativa, Luis Eduardo de Menezes Lima, e por sua Secretária de Gestão de Pessoas, Vlândia Santos Teixeira, e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ - CONTRATADO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.341.423/0001-14, com sede nesta Capital, na Avenida Borges de Melo, nº 60, Aerolândia, neste ato representado por seu Superintendente do Vale-Transporte, Paulo César Barroso Vieira, portador da cédula de identidade nº 9600204252-SSP-CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 273.204.053-34, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com as cláusulas e condições adiante enunciados.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente contrato, no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, c/c o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 8509966-48/2020.8.06.0000.


Camila Félix
Assist. da Superintendência
SINDIÔNIBUS


Paulo César Barroso Vieira
Superintendente do Vale Transporte

CT N.º 02/2021



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Segunda – Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO” para utilização no Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Fortaleza/CE, nos termos da Lei Federal nº 7.418/85 e alterações, Decreto nº 95.247/87 e Decreto Municipal nº 9.142/93.

Cláusula Terceira – Das Responsabilidades das Partes-Contratantes

A entrega das primeiras vias dos cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO” pelo CONTRATADO dar-se-á a título gratuito.

§ 1º – Os cartões serão entregues com a formatação e os parâmetros de uso definidos pelo CONTRATADO.

§ 2º – O CONTRATANTE poderá solicitar, mediante solicitação por escrito, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, o envio de mais cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO” os quais necessitar, observados os procedimentos estabelecidos no presente contrato, Anexo e seus respectivos termos aditivos.

§ 3º – Por motivo de segurança, todos os cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO” solicitados no primeiro pedido pelo CONTRATANTE, serão entregues pelo CONTRATADO, já carregados, sendo que para esta primeira transação, a carga mínima em cada cartão deverá ser o correspondente a 20 (vinte) tarifas municipais de Fortaleza(CE).

§ 4º – Por motivo de limitação tecnológica e para a segurança dos usuários, os cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO”, possuem um limite de armazenamento de créditos, sendo disponibilizado pelo CONTRATADO, mediante solicitação do CONTRATANTE, a consulta aos créditos excedentes, os quais ficarem acumulados no Banco de Dados do VTE, e que poderão ser verificados, mediante acesso ao site, através de um login e senha específicos.

§ 5º – Os cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO” são de uso pessoal e intransferível dos servidores e/ou dos empregados públicos do CONTRATANTE, sendo que a utilização dos cartões por terceiros acarreta a aplicação das sanções previstas no Art. 7º, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 95.247/1987 e nos Arts. 171 e 299, do Decreto-Lei nº 2.848/1940 Código Penal.

Paulo César Barroso Vieira
Superintendente do Vale Transp

Camila Félix
Assist. da Superintendência
SINDIONIBUS



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Quarta – Do Preço

O valor global do presente contrato está estimado em **RS 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais).

Cláusula Quinta – Dos Recursos Orçamentários

04200011.02.122.512.20539.15.33903900.27000.1.20

04200011.02.122.211.20009.15.33903900.27000.1.20

04100011.02.122.512.20147.15.33903900.10000.0.20

04100011.02.122.211.20012.15.33903900.10000.0.20

Cláusula Sexta – Do Prazo

O presente Contrato terá início na data de 02.01.2021, encerrando-se sua vigência em 31.12.2021, devendo o **CONTRATANTE**, caso não haja edição de novo contrato, proceder à devolução de todos os cartões cedidos, em perfeito estado de funcionamento.

Parágrafo Único – O **CONTRATANTE** se obriga a pagar o valor correspondente a 10 (dez) tarifas municipais de Fortaleza (CE) por cartão que deixar de ser devolvido ao **CONTRATADO**.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento pela execução do objeto contratual será feito observando o disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, sendo sua venda comprovada mediante recibo sequencialmente numerado, emitido pelo **CONTRATADO**, em duas vias, conforme disposto no Art. 21 do Decreto Federal nº 95.247/87.

§ 1º – O **CONTRATANTE** se compromete a adquirir os vales-transporte sob a forma de créditos eletrônicos junto ao **CONTRATADO**, a partir da assinatura do presente Contrato, o qual deverá disponibilizar os créditos nos postos de venda credenciados ou na modalidade de recarga a bordo dos ônibus, observados os procedimentos previstos no presente contrato.

§ 2º – Na modalidade de recarga a bordo nos ônibus, o **CONTRATADO** efetivará a carga dos créditos nos cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO”, cedidos ao **CONTRATANTE**, após 03 (dias) dias úteis contados da comprovação do efetivo pagamento do pedido,

Camila Félix
Assist. da Superintendência
SINDIONIBUS

CTNº 0280110 César Carrasco Vieira
Superintendente de Vale Transporte



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

realizado através de depósito na conta corrente nº 12 305-6, Agência 2367 do Banco Bradesco (237) (ou outro estabelecimento indicado pelo **CONTRATADO**), em favor do **CONTRATADO** e estejam disponíveis para saque.

Cláusula Oitava – Da Transação e da Transferência de Crédito

O **CONTRATANTE** poderá solicitar até 04 (quatro) transações de créditos por mês e 1 (uma) transação de transferência de crédito por trimestre, considerando como início o mês constante na data do “Protocolo de Entrega” dos cartões.

Parágrafo Único – Em caráter excepcional e mediante prévio acordo entre as partes o **CONTRATADO** poderá aumentar o número de transações previstas no *caput* desta cláusula, sendo que para cada transação extra será cobrado o valor correspondente a 1 (uma) **tarifa municipal de Fortaleza (CE)**.

Cláusula Nona – Do Prazo de Validade dos Créditos


O prazo de validade dos créditos é de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do momento da disponibilização dos créditos nos veículos (recarga a bordo), nos postos de venda localizados nos Terminais de Integração do Sistema de Transporte de Passageiros de Fortaleza ou nos postos de venda credenciados pelo **CONTRATADO**.


§ 1º – A partir do 5º (quinto) dia que antecederá ao término da validade dos créditos, prevista no *caput* desta cláusula, será exibida uma mensagem de alerta aos usuários nos validadores localizados no interior dos veículos de transporte coletivo de passageiros.

§ 2º – O usuário poderá realizar a revalidação dos créditos nos 7 (sete) dias corridos posteriores ao término da validade prevista no *caput* desta cláusula.

Cláusula Dez – Da Inatividade do Cartão

Os cartões em poder do **CONTRATANTE** que não forem utilizados por mais de 120 (cento e vinte) dias serão automaticamente bloqueados, sendo que, para serem reabilitados, far-se-á necessário que o usuário do cartão solicite o desbloqueio através de requerimento formulado em papel timbrado do **CONTRATANTE** e devidamente assinado pelo responsável competente, onde deverão constar os dados do usuário do cartão a ser desbloqueado.


Camila Félix
Assist. da Superintendência
SINDIONIBUS


Paulo César Barroso Vh
Superintendente do Vale Tra-
CT Nº 02/2021



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Único – Caso o **CONTRATANTE** não queira reabilitar os cartões bloqueados, deverá devolvê-los ao **CONTRATADO** em perfeito estado de funcionamento; caso contrário, pagará o custo correspondente a **até 10 (dez) tarifas municipais de Fortaleza (CE)** por cartão não devolvido, que será cobrado após 30 (trintas) dias contados a partir da data do efetivo bloqueio.

Cláusula Onze – Da Perda, Do Extravio ou Do Roubo do Cartão

Nos casos de perda, extravio ou roubo de qualquer cartão, o **CONTRATANTE** deverá proceder à comunicação ao **CONTRATADO**, através da sua central de atendimento, de segunda a sexta-feira, no horário das 08 h às 18 h, para que seja providenciado o seu bloqueio. Para efetivar a referida operação, será solicitado ao **CONTRATANTE** a confirmação dos dados cadastrais constantes no banco de dados do **CONTRATADO**.

§ 1º – O **CONTRATADO** providenciará o bloqueio do cartão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da comunicação prevista no *caput* desta cláusula.

§ 2º – Nos casos previstos no *caput* desta cláusula, o **CONTRATANTE** poderá transferir os créditos remanescentes para outro cartão mediante solicitação ao **CONTRATADO**, sendo assim considerados aqueles não utilizados a partir do efetivo bloqueio.


Cláusula Doze – Da Via Adicional do Cartão

Em até 05 (cinco) dias da assinatura do presente instrumento, o **CONTRATANTE** deverá enviar um documento ao **CONTRATADO** informando a pessoa responsável pelas solicitações das vias adicionais de cartões; bem como da realização do cadastramento dos seus servidores e/ou empregados públicos como usuários e das atualizações cadastrais.

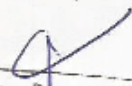
§ 1º – No caso de perda, extravio ou roubo do cartão, deverá ser apresentando o Boletim de Ocorrência Policial, para solicitar a via adicional do cartão, sendo cobrado o valor de **até 10 (dez) tarifas municipais de Fortaleza (CE)**, a ser pago no ato do recebimento do cartão.

§ 2º – No caso de danificação do cartão "Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO" por culpa exclusiva do usuário, será cobrado, para solicitar a via adicional do cartão, o valor de **até 10 (dez) tarifas municipais de Fortaleza (CE)**, a ser pago no ato do recebimento do cartão.

Cláusula Treze – Da Rescisão


Camila Félix
Assist. da Superintendência
SINDIONIBUS

CT Nº 02/2021


Paulo César Barroso Vieira
Superintendente do Vale Transp.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Constituem motivos para a rescisão contratual, sem prejuízo das disposições atinentes ao tema previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive o disposto nos arts. 77 a 80, e alterações, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, a ocorrência de:

a) Não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais pactuadas, especificações e prazo estabelecido.

b) Paralisação do Contrato sem justa causa, sem prévia comunicação ou sem autorização do CONTRATANTE.

Cláusula Quatorze- Das Disposições Gerais

Os casos omissos e as alterações decorrentes de deliberações posteriores à celebração deste contrato serão objeto de formalização, mediante a celebração do competente Aditivo, de acordo com as disposições constantes na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Quinze- Do Foro

As partes elegem o foro da Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, como competente para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para juntas produzirem um só efeito de direito, acompanhado de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Fortaleza, 09 de setembro de 2020.

LUIS EDUARDO DE MENEZES LIMA
SUPERINTENDENTE DA ÁREA ADMINISTRATIVA DO TJCE

VLÁDIA SANTOS TEIXEIRA
SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE - CONTRATANTE

Paulo César Barroso Vieira
Superintendente do Vale-Transporte
PAULO CÉSAR BARROSO VIEIRA

SUPERINTENDENTE DO VALE-TRANSPORTE - CONTRATADO - CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

Camila Félix
Assist. da Superintendência
SINDIONIBUS

CT Nº 02/2021



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO

Instrumento de Adesão ao
Contrato Padrão de Cessão de Utilização do
Cartão Eletrônico "Vale-transporte Eletrônico – VTE URBANO"

CONTRATADO:		
Nome: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ Representante Legal: Superintendente do Vale-transporte	CNPJ: 07.341.423/0001-14	
Endereço: AV. BORGES DE MELO, 60	Bairro: AEROLÂNDIA CEP: 60415-510	Cidade: FORTALEZA – CE

CONTRATANTE:		
Nome: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	CNPJ nº 09.444.530/0001-01	
Fone: 3207-7000	e-mail:	
Representantes Legais: Vlândia Santos Teixeira		
Código:	I.E.	I.M:
Endereço: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Distrito de São José do Cambeba		
Bairro: Cambeba	Cidade: Fortaleza	CEP: 60.839-900

PREÂMBULO

Cartões Vale-Transporte Eletrônico – VTE URBANO cedidos (a ser preenchido pelo CONTRATADO de acordo com o arquivo de cadastro enviado pelo CONTRATANTE)	
Quantidade:	(numeração dos cartões conforme Protocolo de Entrega e usuários cadastrados)

Fortaleza, _____ de _____ de 2020.

CONTRATANTE

Paulo César Barros Vieira
CONTRATADO

Testemunhas:

CPF: _____

CPF: _____

Camila Félix
Assist. da Superintendência
SINDIONIBUS